



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Lentidão na apreciação e aprovação do plano de apoio financeiro às PME para instalação de barreiras contra inundações e de bombas de água e insucesso dos pedidos aprovados no recebimento do respectivo apoio financeiro pelas entidades

Recentemente, o nosso gabinete recebeu muitos pedidos de apoio de cidadãos apontando que enfrentam muitos obstáculos ao requerer o plano de apoio financeiro às PME destinado à instalação de barreiras contra inundações e de bombas de água, nomeadamente, é longuíssimo o respectivo processo de apreciação e aprovação, e mesmo que, após uma longa espera, o seu pedido seja finalmente aprovado, o processo de levantamento de cheques arrasta-se sempre muito tempo, o que faz com que muitas PME não consigam obter o apoio necessário e, devido à complexidade dos procedimentos administrativos, acabem por instalar as referidas barreiras adiantando as respectivas despesas, para evitar os prejuízos causados pelas inundações.

É de notar que as lojas que precisam de instalar as barreiras contra inundações se situam nas zonas baixas ou nas zonas onde é fácil ocorrer inundações, e muitas PME que sofreram enormes prejuízos económicos devido à passagem dos dois tufões fortes, ou seja, Hato e Mangkhut, estão a enfrentar cada vez mais pressão de exploração e encargos financeiros. Não há dúvida de que o surto da epidemia da Covid-19, ocorrido neste ano, afecta ainda mais a exploração dessas PME. Sob todas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

estas pressões, o referido plano de apoio financeiro é uma ajuda oportuna para as PME, no entanto, as mesmas nunca pensaram que poderiam enfrentar tantos obstáculos no seu requerimento e que era tão difícil ver os seus pedidos aprovados, o que as levou a ter muita dificuldade na exploração e as deixou bastante desamparadas.

Há dias, numa reunião plenária desta Assembleia, o Secretário para a Economia e Finanças divulgou os dados relativos aos pedidos do plano de apoio financeiro em causa, ou seja, houve 3257 pedidos, dos quais 2577 foram apreciados e aprovados, e 282 estão ainda a ser tratados, tendo havido 668 casos de desistência. O Secretário para a Economia e Finanças prometeu que ia tratar dos pedidos pendentes o mais rápido possível, mas o que suscita dúvidas por parte das pessoas é: porque é que não são poucos os casos em que houve desistência dos pedidos? Isto deve-se à complexidade do processo para fazer os pedidos e ao facto de as PME que optaram pela desistência do seu pedido não conseguirem aguentar a longa espera?

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Nos pedidos do plano de apoio financeiro às PME destinado à instalação de barreiras contra inundações e de bombas de água, porque é que muitas PME cujos pedidos foram aprovados não conseguiram receber os cheques? Quais foram os procedimentos administrativos que conduziram ao insucesso no recebimento dos cheques pelas PME? Quantas são as PME que não conseguiram receber os cheques? Há quanto tempo é que estão à espera do levantamento dos cheques?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Tal como acima referido, os casos de desistência dos pedidos não são poucos, pois são 668. O Governo deve proceder a um estudo profundo sobre os mesmos, para averiguar os motivos subjacentes à opção de desistência por parte das PME. Já fez isso? Quantos foram os pedidos cancelados devido ao não preenchimento dos requisitos para o requerimento?

3. Em relação aos 282 pedidos pendentes, porque é que até agora os mesmos ainda não foram tratados adequadamente pelo Governo? Segundo as previsões, quando é que o Governo vai concluir os trabalhos de apreciação e aprovação dos pedidos e de concessão de apoio financeiro? Que medidas especiais tem para acelerar o tratamento desses pedidos? Para que as PME fiquem a saber do andamento dos seus pedidos enquanto estão à espera dos respectivos resultados, o Governo dispõe de uma calendarização para o tratamento dos pedidos? Se sim, pode divulgá-la?

3 de Dezembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Maria Pereira Coutinho